



Fórum de Pró-Reitores de Extensão
das Instituições Públicas de
Educação Superior Brasileiras



Experiência de consolidação da Rede de Mutirões Agroecológicos em Viçosa-MG

Diogo Nogara Nunes¹, Alex Xavier Pinheiro², Clarice Santana da Silva², Juliana de Vasconcelos Shimada Brotto², Letícia Carvalho Passos², Mathias Moraes Abrão², Natália Barbosa Rodrigues², Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça³

Resumo: A extensão rural agroecológica surge como uma alternativa ao modelo difusionista de assistência técnica convencional, estabelecendo o diálogo entre o saber científico e os conhecimentos populares das comunidades rurais. Este artigo é um relato de experiência de ação extensionista, rural, agroecológica e universitária na Zona da Mata de Minas Gerais, da Rede de Mutirões Agroecológicos da Zona da Mata (REMA-ZM). A REMA é um projeto de extensão universitária, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com a Rede Agroecológica Raízes da Mata e com o Núcleo ECOA/UFV, e tem o objetivo de aproximar os/as estudantes universitários/as de agricultores/as agroecológicos/as da região de Viçosa, MG. O projeto foi criado em março de 2019, e desde sua criação, a REMA tem desenvolvido atividades diversas, especialmente adaptadas durante o período da pandemia, como a elaboração de cartilhas e vídeos, mas o enfoque de atuação da REMA é o trabalho agrícola, e coletivo, em propriedades familiares agroecológicas. Atualmente, avalia-se que as famílias agricultoras que integram as ações da REMA, estabeleceram uma dinâmica de confiança com o coletivo, criando uma forma de “aprender fazendo”, com diálogo e autonomia dos processos práticos e pedagógicos que envolvem a agricultura. Amizade, confiança, respeito, horizontalidade de saberes, na experiência da REMA, não são atributos externos, impostos ao trabalho; mas emergem das experiências, dos laços que agricultores/as e estudantes estabelecem, e constituem-se como pilar central de uma prática extensionista educativa, dialogada entre sujeitos.

Palavras-chave: Agroecologia, Extensão Rural, Agricultura Familiar

Agroecological *Mutirões* Network consolidation experience at Viçosa-MG

Abstract: The agroecological rural extension emerges as an alternative to the diffusionist model, establishing a dialog between scientific and traditional knowledge of rural communities. This article is an experience report of the extensionist, rural, agroecological, and academic action in the *Zona da Mata* region in *Minas Gerais* state, the Project Agroecological *Mutirões* Network from *Zona da Mata* (REMA-ZM). REMA is an academic extension project from the Federal University of *Viçosa* (UFV), in partnership with the Agroecological network *Raízes da Mata* and the ECOA/UFV center, and has the intent to bring university students into closer contact with agroecological farmers in *Viçosa* region. The Project was created in March 2019. Since its creation, REMA has developed diverse activities specifically adapted during the pandemic's remote period, such as the elaboration of booklets and videos. However, REMA's main field is the agricultural and collective work in familiar agroecological properties. Currently, it is evaluated that the farmers' families that integrate REMA's actions have established a collective trust dynamic, creating a way of “learning by doing” with dialogue and autonomy in the practical and pedagogical agriculture processes. Friendship, trust, respect, and knowledge's horizontality in REMA's experience are not external attributes imposed on the work. However, they emerge from experiences and bonds between farmers and students and constitute the main point of an educative extensionist practice dialogued between subjects.

Keywords: Agroecology, Rural Extension, Familiar Agriculture

*Originais recebidos em
14 de junho de 2021*

*Aceito para publicação em
07 de agosto de 2022*

1
Estudante de graduação em Agronomia da UFV e estagiários da REMA-ZM, Viçosa, Brasil

diogo.nunes@ufv.br

(autor para correspondência)

2
Estudantes de graduação em Agronomia da UFV e estagiários da REMA-ZM, Viçosa, Brasil

3
Docente do Departamento de Economia Rural da UFV (DER-UFV) e orientadora da REMA-ZM, Viçosa, Brasil

Introdução

Extensão rural e a agroecologia

No Brasil, o modelo Difusionista de Extensão Rural foi implementado entre os anos de 1963 e 1984 através do sistema público de prestação dos serviços em nível estadual e nacional, visando a modernização do campo (Rodrigues, 1997; Dias, 2007). Como características centrais, preconizava o investimento em pacotes tecnológicos, associados às relações de crédito, subvenções financeiras, e parcerias entre institutos de pesquisa e extensão da época. Nesse modelo, a associação entre indústria e agricultura tornou, estrategicamente, o setor agrícola fulcral ao modelo econômico nacional (Delgado, 2001).

Segundo Dias (2016), a abordagem difusionista, ainda vigente nos dias atuais, está baseada em diagnósticos que por muitas vezes acabam desconsiderando e simplificando as diferentes realidades da população camponesa e abordam as práticas camponesas como retrógradas ao desenvolvimento econômico. Novas tendências de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) têm se construído desde a década de 1980, em contraposição ao ideário do difusionismo hegemônico orientado para a modernização agrícola, a exemplo da Extensão Rural como ação educativa, proposta por Freire (1983). Nessa perspectiva não se aventa a transferência do conhecimento, de um sujeito cognoscente para outro receptor, mas sim uma ação conjunta de construção do conhecimento e entendimento entre dois sujeitos de saber.

Nesse momento, os serviços públicos de Extensão Rural ficam, em princípio, mais orientados para o abandono do ideário e conteúdo associado ao difusionismo, imperativo da modernização agrícola, em direção à ação educativa (Diniz & Hespanhol, 2018). Num primeiro momento, o movimento da agricultura alternativa foi propulsor dessa ideia. Nos anos 1990, a Agroecologia ocupa esse espaço (Brandenburg, 2002) e passa, pouco a pouco, a se orientar como movimento social, ciência e prática (Wezel et al., 2009), para o desenho de projetos de desenvolvimento rural pautados na sustentabilidade agrícola e alimentar camponesa (Caporal & Costabeber, 2001; Perez-Cassarino et al., 2013). Na perspectiva agroecológica, a ação extensionista visa promover o encontro de saberes científicos e populares. A agroecologia propõe o equilíbrio dos agroecossistemas, a manutenção e aumento da agrobiodiversidade, maior resiliência ecológica às mudanças climáticas, a conservação de água, o controle biológico e o aumento de matéria orgânica e a qualidade dos solos (Altieri et al., 2015).

Além disso, busca-se a valorização da agricultura camponesa e das famílias rurais no campo; o reconhecimento, estudo e propulsão de circuitos econômicos capazes de valorizar e incluir as dinâmicas socioprodutivas de co-produção entre natureza e cultura, característica intrínseca do modo de produção camponesa (van der Ploeg, 2009). Va der Ploeg (2020) analisa que o modo de produção camponês permite uma ressignificação da área produtiva, por focar em recursos naturais e sociais presentes na própria região – possibilitando o desenvolvimento de fazendas multifuncionais que combinam diferentes linhas de produção e que atendam às próprias necessidades de insumos. Além disso, afirma que a cooperação e a troca entre os camponeses atribui novos sentidos às relações entre eles. Esta função cooperativa é expressa principalmente nos mutirões agroecológicos. Os mutirões são atividades práticas e pedagógicas coletivas, realizadas nas propriedades dos/as agricultores/as. Neles, agricultores/as e colaboradores (estudantes, técnicos/as, voluntários, etc.) se juntam com o objetivo de socializar seus conhecimentos e trocar experiências, e realizar o trabalho agrícola de forma colaborativa. No sentido prático, ele visa otimizar a mão de obra de forma solidária, entre membros de um determinado grupo. No sentido pedagógico, os mutirões proporcionam momentos de aprendizagem e a elaboração de propostas e soluções para os problemas presentes e novas perspectivas das atividades da família.

A Rede de Mutirões Agroecológicos da Zona da Mata (REMA-ZM) é um projeto de extensão universitária orientado pela perspectiva da extensão como ação educativa e pelos princípios da agroecologia. Como continuidade desta introdução, na seção seguinte, situa-se o contexto territorial e histórico no qual se insere esse projeto.

Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais

A Zona da Mata é uma mesorregião localizada no Sudeste de Minas Gerais (Figura 1), sendo composta por 143 municípios, subdivididos nas microrregiões de Ponte Nova, Manhuaçu, Ubá, Muriaé, Viçosa, Juiz de Fora e Cataguases (Figura 2). A região pertence ao Domínio dos Mares de Morro (Ab'Saber, 1970) e possui como bioma predominante a Mata Atlântica com uma formação florestal classificada como Floresta Estacional Semidecidual (Marangon et al., 2003). A mesorregião abrange uma área de 36.058 km²; 6,2% da área mineira, uma população de 2.500.000 habitantes e contribui com 7,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais (de Freitas et al., 2020).

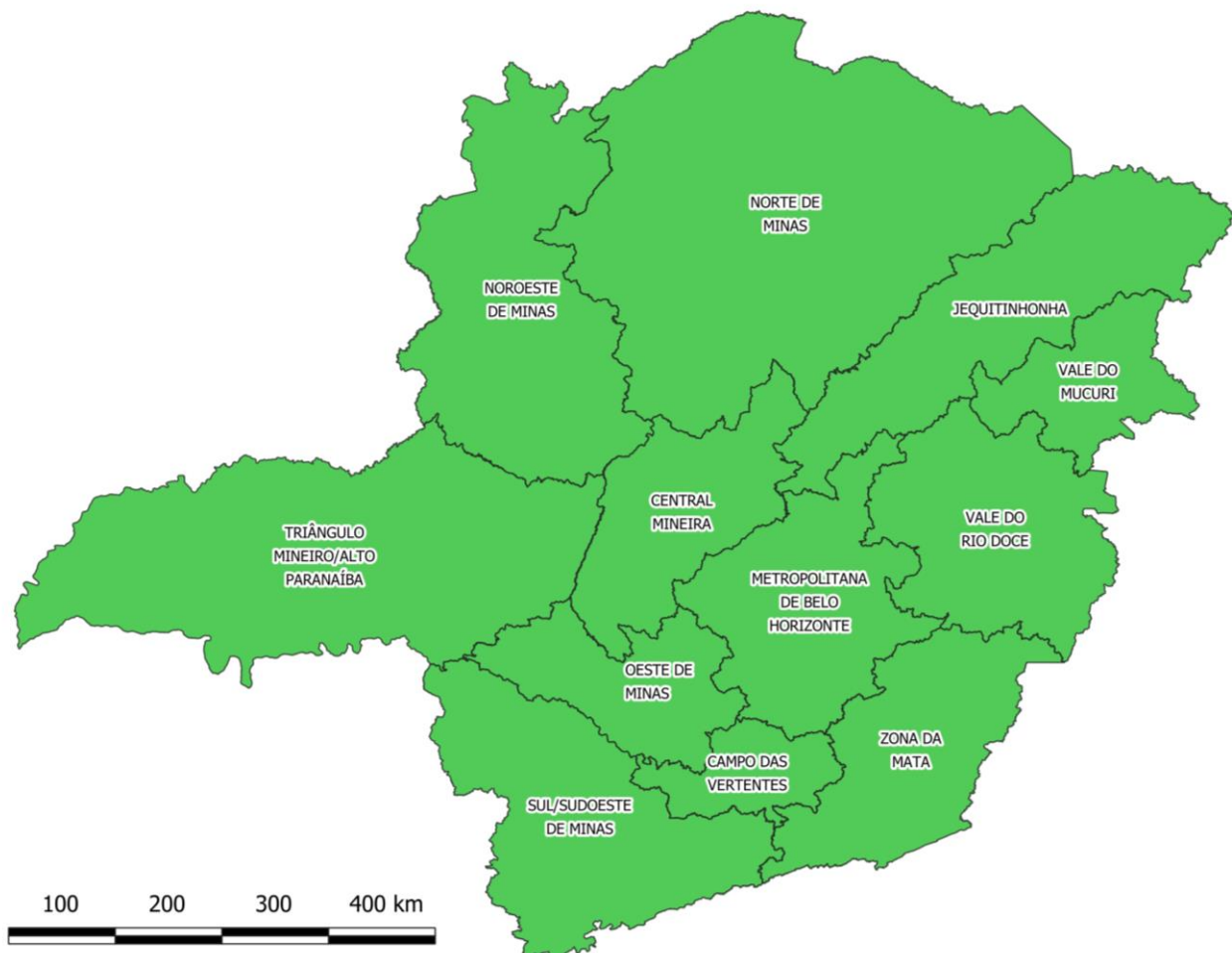


Figura 1. Divisão das mesorregiões de Minas Gerais.

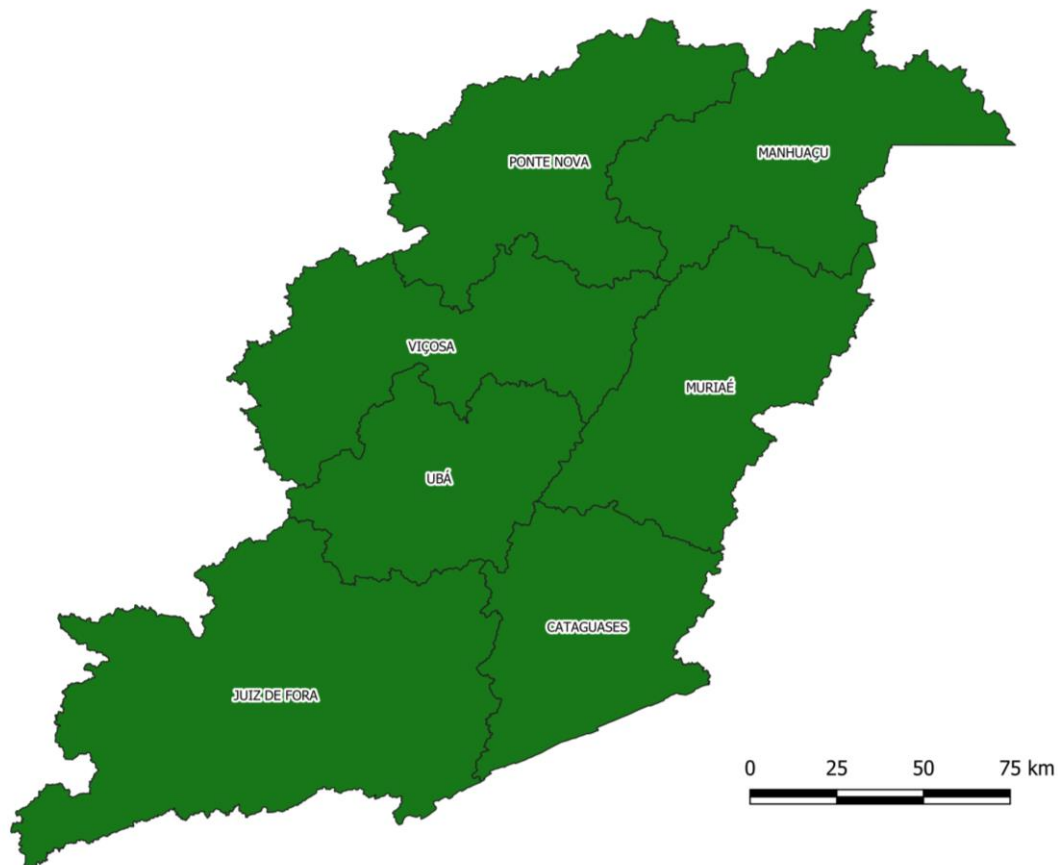


Figura 2. Microrregiões da Zona da Mata Mineira.

Recentemente na região, foi instituído o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, pela Lei Estadual de Minas Gerais de nº 23.207/2018. O Polo é fruto de um conjunto de ações extensionistas, de projetos de desenvolvimento e de pesquisas, historicamente comprometidas com a agroecologia na região e promovido pelas organizações de agricultores e agricultoras familiares, em conjunto com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM) e com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) desde a década de 1980 (Cardoso & Ferrari, 2006).

A REMA emergiu informalmente nesse contexto em 2018, próxima à Rede Raízes da Mata (RRdM), vinculando-se posteriormente à Universidade Federal de Viçosa (UFV) e ao Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo, em 2019, como projeto de extensão universitária. A RRdM é uma rede de agricultores e agricultoras familiares fundada em 2011 na região de Viçosa, e adota como princípios a agroecologia, a economia solidária, o prossumo – integração entre os consumidores e agricultores possibilitando um consumo proativo – e a gestão compartilhada (Cruz et. al., 2013). A partir de 2018, a Rede organizou-se como uma OCS (Organização de Controle Social), possibilitando que algumas propriedades conseguissem obter o certificado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de garantia da conformidade orgânica para vendas diretas aos consumidores nas feiras do município e pelo circuito curto de comercialização da Rede Raízes da Mata.

Neste artigo apresentamos o projeto da REMA como um relato de experiência de ação extensionista, rural e universitária. A REMA associa-se aos múltiplos agentes e sujeitos promotores da agroecologia na Zona da Mata Mineira de forma dialógica. Na próxima seção, inicialmente, apresentamos os métodos da ação extensionista que orientam a REMA. Em seguida, apresentamos o relato da experiência dividido em três partes:

o contexto de criação da REMA junto à RRdM; a consolidação da REMA como projeto de extensão universitária, desenvolvendo objetivos, metodologias, identidade coletiva e associação com outros projetos e parcerias; e considerações sobre o momento atual, avaliação e considerações finais.

Os métodos da ação extensionista

A base teórica do grupo construiu-se em torno da metodologia dos Intercâmbios Agroecológicos (Zanelli et al., 2016; Mauri et al., 2017) e dos mutirões da pedagogia Campesino-a-Campesino. Como explicam Holt-Giménez (2006) e Sosa et al. (2012), a pedagogia Campesino-a-Campesino, derivada do resgate de antigas tradições de povos das regiões centro-americanas e caribenhas, baseia-se no diálogo entre os conhecimentos tradicionais das comunidades camponesas e o conhecimento científico.

Nesse método, a figura do extensionista adquire um papel completamente diferente, pois passa de difusor de tecnologias a facilitador do diálogo entre as modalidades de conhecimento, atenuando as separações no eixo pesquisa-capacitação-extensão. A construção da própria metodologia e promoção do diálogo acabam sendo as principais funções do profissional/técnico, numa dinâmica contraposta ao extensionismo clássico, sintetizada por Sosa et al. (2012), conforme Figura 3.



Figura 3. Extensionismo clássico *versus* Camponês a Camponês. Fonte: Sosa et al., 2012, p. 68.

Os intercâmbios surgem como as principais ferramentas para a promoção das práticas, caracterizando-se tanto como espaços de ensino quanto de aprendizagem, através dos mutirões. Em verdade, a prática dos mutirões é tradicionalmente comum a diversos povos latinoamericanos – como o *Kuchubal* para os descendentes dos antigos povos Maias (Holt-Giménez, 2006) e o *Puxirum* para as comunidades indígenas amazônicas (Witkoski, 2010); por essa visão o trabalho nas propriedades se apresenta como o meio pelo qual se realiza esse diálogo, em que prática e teoria se unem em um mesmo espaço que ressignifica o trabalho, caracterizando-o não apenas como um simples meio de vida no campo, mas também como um momento de socialização (Holt-Giménez, 2006). Na atuação da REMA, o trabalho nas propriedades junto às famílias agricultoras promove a interação entre os estudantes e os agricultores/as, de modo que, além da troca de experiências entre conhecimento científico e prático, também é realizado o auxílio com os trabalhos semanais na propriedade, incrementando a mão-de-obra disponível para as famílias agricultoras (Figura 4). Na REMA-ZM, os mutirões são organizados por demanda das famílias. Já os trabalhos semanais, são organizados por duplas de estudantes que ficam um período trabalhando junto com uma determinada família e de tempos e tempos é feito um rodízio. As duplas normalmente são compostas por um/a estudante veterano/a e outro/a novato. O tempo de trabalho semanal é um período de quatro horas, combinado, normalmente no início do semestre, o turno e o dia da semana, entre a família e os/as estudantes.



Figura 4. Mutirão semanal na casa de uma das famílias participantes do projeto.

Relato da experiência da REMA

O contexto de criação da REMA

Junto aos agricultores familiares camponeses da RRdM, durante o ano de 2018, foi observada uma demanda dos agricultores e agricultoras por mão de obra para o trabalho com a agricultura. As suas propriedades são familiares, possuindo não mais que quatro hectares de dimensão com grande diversidade de cultivos, que, em geral concentram-se em torno de hortaliças, tubérculos e frutíferas. Destes, uma parte é destinada ao consumo da própria família e outra para a comercialização, tanto nas feiras livres da cidade quanto através de cestas de produtos e de programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Boa parte dos núcleos familiares integrantes da RRdM é composta apenas por casais, alguns de idade mais avançada, que demandam ajuda para realizar serviços mais pesados. Em alguns casos, essa demanda é suprida através do pagamento de diárias de trabalho para amigos, parentes ou vizinhos que ajudam em serviços pontuais, ou através dos intercâmbios, que podem servir como espaços para a realização de mutirões entre os membros da comunidade, com o intuito de executar alguns trabalhos mais árduos que necessitem de mais braços, na casa de uma determinada família por vez. Todavia, esses mutirões acontecem de forma pontual (duas vezes por ano em cada propriedade da RRdM, aproximadamente), e o pagamento de diárias pode se tornar inviável a depender da condição econômica de cada família. Logo, a colaboração perene é um elemento que tem a capacidade de trazer uma nova perspectiva para o trabalho de uma família, dinamizando-o e possibilitando um novo olhar para diferentes tarefas da propriedade.

A demanda dos agricultores e agricultoras da RRdM vai ao encontro de uma demanda estudantil quanto ao aprendizado prático, especialmente com a agricultura familiar camponesa. Em termos gerais o contato com a realidade do campo para a associação aos conteúdos teóricos estudados dentro da sala de aula durante os cursos de graduação acontece tardiamente e, ainda assim, com uma carga horária geralmente reduzida e sem a experiência prévia necessária em áreas como a das ciências humanas (Da Silveira, 2011). Isso leva muitos estudantes a se considerarem despreparados, questionando suas capacidades, tanto para socializar conhecimentos com agricultores, quanto para futuramente conciliar os diferentes campos do conhecimento agrônomo na prática (Almeida, 2000).

A consolidação da REMA-ZM como projeto de extensão universitária

Depois de uma experiência prévia diretamente com a RRdM, mas sem vínculo direto com a Universidade, a REMA-ZM foi registrada como projeto de extensão universitária no início de 2019. Em conjunto com a RRdM, foi proposto um grupo de estudantes voluntários, estagiários, para realização de vivências de trabalho semanais nas casas de agricultores/agricultoras parceiros do projeto, em horários previamente acordados entre ambas as partes. O projeto de extensão tem como objetivo central aproximar a dimensão do conhecimento acadêmico da realidade dos agricultores, assim como o conhecimento popular e tradicional da realidade dos estudantes, possibilitando espaços de diálogos horizontais que visam influenciar tanto na formação desses futuros profissionais, conferindo-os uma visão multifacetada, como também impactar a realidade dessas famílias camponesas, trazendo uma nova modalidade de troca de experiências e fornecendo um auxílio extra de mão-de-obra muito necessitado.

O projeto conta com a orientação e coordenação de professores da área de Agroecologia e Extensão Rural da UFV e com o auxílio de técnicos da RRdM, que vêm contribuindo na estruturação e divulgação do projeto. A equipe de coordenação do projeto realiza o acompanhamento com os agricultores, coletando *feedbacks* e

sugestões sobre o trabalho dos estagiários. Para esse fim foram utilizados o espaço da feira livre da ASPUV (Seção Sindical dos Docentes da UFRV) e as reuniões institucionais da RRdM, pontos de maior presença dos agricultores parceiros, o que possibilitou a obtenção de opiniões coletivas. A partilha dos *feedbacks* e sugestões ocorriam durante as reuniões internas quinzenais, as quais também abríamos para conversas com docentes pertencentes ao projeto para discussão de ações, relatos de experiências dos voluntários e o próprio fortalecimento da identidade da REMA-ZM.

A prática

Inicialmente o projeto foi desenvolvido com um grupo de quatro agricultores filiados há mais tempo à RRdM e que moravam mais próximos da cidade de Viçosa, recebendo estagiários voluntários de forma extraoficial. Após o registro e a oficialização do programa, com um conseqüente maior engajamento nas atividades oficiais da Rede e uma melhor estruturação metodológica, mais famílias mostraram-se interessadas em participar e o grupo pôde ser expandido. Ao final de um período de dois anos, o grupo totalizava 12 estagiários ativos do curso de agronomia trabalhando em 6 propriedades, com 16 pessoas pertencentes às famílias agricultoras impactadas diretamente pelo projeto, com a parceria de técnicos/as parceiros de outros projetos e do Núcleo ECOA (Educação do Campo e Agroecologia).

Os cronogramas de trabalho nas propriedades foram pensados com o intuito de não comprometerem as atividades curriculares dos estudantes e não sobrecarregarem os agricultores com visitas excessivas que poderiam interferir negativamente na dinâmica do seu dia-a-dia, de forma a evitar que os estágios acabassem sendo vistos como "problemáticos" por ambos os lados. Ao longo do projeto, constatou-se que os cronogramas deveriam possuir considerável flexibilidade devido a imprevistos de ambas as partes, fator que casualmente impossibilitaria a visita no dia combinado. Diante disso, foi compartilhada com antecedência a disponibilidade semanal dos voluntários e agricultores, para facilitar o encontro de horários. A carga horária mínima estabelecida foi de 4 horas semanais, ou seja, o período de uma manhã ou tarde por semana.

Para realizar o acompanhamento do trabalho dos estagiários e socializar as experiências individuais, adotou-se uma dinâmica de reuniões quinzenais e relatórios semanais. A adoção das reuniões e dos *feedbacks* contínuos pelos agricultores e voluntários permitiu ao projeto se lapidar de um modo mais agradável para ambas as partes. Nos primeiros *feedbacks* alguns agricultores relataram a baixa frequência de alguns participantes. Através das conversas durante as reuniões, observou-se que a baixa frequência ocorria por uma rotina repetitiva dentro das propriedades. Diante disso estabeleceu-se uma frequência mínima mensal de 75% e foi iniciado o rodízio dos membros entre as propriedades. Concomitantemente, adicionou-se a confecção de relatórios que consistiam em uma descrição sintética sobre a atividade do estagiário, de forma que não exigissem muito tempo para sua escrita, podendo contar também com fotografias do trabalho realizado, e que pudessem ser preenchidos e anexados a uma pasta compartilhada do grupo após o fim de cada visita.

Inicialmente, o projeto não contava com nenhum aporte de recursos externos ou bolsas, o que dificultou o deslocamento dos estudantes às propriedades, em especial às mais distantes, levando os estagiários a terem que arcar com os custos das passagens. Com a intenção de ao menos mitigar este problema, idealizou-se em conjunto com os agricultores um sistema de tíquetes solidários, que poderiam ser trocados por produtos do agricultor com que trabalhavam pelo valor simbólico acordado de cinco reais, tanto na propriedade quanto posteriormente nos espaços das feiras.

Durante o ano de 2019 o projeto foi gratificado com auxílio financeiro através de um edital concedido pela FUNARBEX (Programa da Fundação Arthur Bernardes de Apoio à Extensão), a partir do qual foi possível realizar o pagamento de todos os transportes dos estudantes durante o período vigente da bolsa, possibilitando a

mobilidade até propriedades mais distantes da cidade e a inclusão de mais agricultores. Com isso, o propósito inicial dos tíquetes acabou se modificando e foi iniciado um processo de revisão da sua função.

Participação no Sistema Participativo de Certificação Orgânica (SPG) da Zona da Mata Mineira

Posteriormente ao início do projeto apresentou-se a possibilidade de colaborar no processo de consolidação do Sistema Participativo de Garantia (SPG) e Polo Agroecológico da Zona da Mata Mineira. Um SPG é um sistema participativo de garantia da qualidade da produção orgânica através de um sistema de visitas e intercâmbios entre agricultores próximos, com a função de garantir a qualidade e a diversidade dos alimentos produzidos e obter o selo de certificação orgânica do MAPA para venda indireta dos produtos. No Polo Agroecológico da Zona da Mata, a construção do SPG iniciou em 2019 (Resende, 2020). Diversos coletivos contribuem atualmente para a sua construção, tais como: o Centro de Tecnologia da Zona da Mata (CTA-ZM), a RRdM, movimentos sociais diversos, grupos de mulheres camponesas, povos quilombolas, agricultores agroecológicos, agricultores neorurais, sindicatos, movimentos sociais e também pesquisadores e estudantes da UFV, e a Emater-MG. Além dessas organizações o OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade), é a pessoa jurídica responsável pelas atividades do SPG, e está em formação, devendo ser composto por representantes escolhidos pelos membros do SPG (Resende et al., 2020).

Dentro desse processo, a OCS da RRdM faz parte do Núcleo de Viçosa. A Rede iniciou o processo de constituição da sua OCS no ano de 2018, anteriormente ao início do SPG e Polo Agroecológico da Zona da Mata. Isto transformou a organização em um importante espaço de teste de projetos e metodologias que podem ser adaptados ao conjunto maior, caso sejam bem-sucedidos. A REMA-ZM encaixa-se nesse conjunto de projetos.

A atuação do grupo no apoio ao Sistema Participativo de Garantia (SPG-ZM) se deu de forma pontual no ano de 2019, com a organização de eventos e colaborações nas visitas de pares e mutirões, principalmente realizadas pela OCS Raízes da Mata. A colaboração da REMA com o SPG, agora em 2021, ocorre de forma remota, no planejamento das atividades e reuniões virtuais junto às organizações parceiras, contando com um bolsista da REMA em parceria com o Núcleo ECOA/UFV.

A REMA antes e depois da pandemia da COVID-19

Após mais de dois anos de duração do projeto, pode-se atestar que até o presente momento boa parte dos objetivos iniciais foram alcançados, apesar dos impedimentos causados pela pandemia da COVID-19. Com o passar do tempo percebeu-se que as famílias foram adquirindo grande apreço pelos momentos em que recebiam os estagiários, criando até certa expectativa para realizar trabalhos específicos nestes dias. E, apesar da importância do auxílio no campo, os assuntos que mais vinham às suas falas quando perguntados sobre os estagiários foram os momentos de descontração, geralmente no “cafezinho da tarde” que servia de espaço de conversa, demonstrando a integração que o projeto adquiriu com os espaços de vivência familiar.

Foram feitas algumas reclamações pontuais de agricultores sobre a falta de comprometimento de estagiários, no período anterior à pandemia. Estes problemas foram resolvidos com conversas entre a equipe de coordenação e os envolvidos e reduzidos com o passar do tempo, muito devido às mudanças na abordagem teórica, das orientações e do amadurecimento do grupo, que levaram a um melhor entendimento do trabalho pelos estudantes; e na seleção mais minuciosa dos novos membros. Outro desafio é o método de registro e relato das atividades. Os relatórios são uma ferramenta importante, mas ainda não avaliados como sendo suficientes para este processo de ensino-aprendizagem. Mesmo assim, percebe-se sua importância para a

sistematização das atividades desempenhadas por cada um dos estagiários, levantando a variedade de tarefas e iniciativas desenvolvidas em cada propriedade.

A etapa de recepção de novos estagiários afigurou-se talvez como a mais sensível de todo o projeto pois, como ressaltado no início, a falta de engajamento de alguns foi um dos maiores entraves, especialmente com relação aos membros mais novos, que apresentaram frequências muito abaixo do esperado e altas taxas de desistência. Aos poucos, os métodos de inclusão de novos membros e avaliação das atividades foram sendo redesenhados e melhor elaborados.

Foi percebida a importância em identificar a afinidade das/os candidatas/os com as metodologias, e uma posterior capacitação de campo para apresentar os novos membros às famílias. Na primeira aproximação foram apresentados os aspectos do projeto, a agroecologia e discutidas as expectativas sobre a condução da REMA. Outra abordagem importante foi o trabalho em dupla dos novos estagiários com outro membro do grupo mais experiente, em uma dinâmica que facilitou a interação com as famílias e com o trabalho nas propriedades durante o período inicial. Posteriormente, no período de 4 meses, essas duplas trocavam de propriedade, de modo que pudessem conhecer diferentes famílias e técnicas.

Com o início da pandemia, em março de 2020, as atividades presenciais do grupo foram suspensas, e em julho de 2020 foram retomadas as reuniões remotas para pensar no prosseguimento da REMA. Encontros semanais entre os estagiários de preparação e orientação com a professora coordenadora do projeto foram definidos e foi enfocada a produção acadêmica e técnica sobre as atividades do projeto em eventos e congressos, entre estes o CBA (Congresso Brasileiro de Agroecologia), no ano de 2019, e o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado de forma não presencial em 2021. Também foi iniciado o projeto da construção de cartilhas de orientação sobre a produção agroecológica e parâmetros normativos de conformação orgânica (conforme Portaria nº 52 de 15 de Março de 2021 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]), no apoio ao processo de constituição do Polo Agroecológico e SPG, com a primeira sendo lançada em maio de 2021.

O projeto das cartilhas ainda está em andamento, e objetiva produzir materiais que possam sintetizar de forma clara e com linguagem acessível informações sobre temáticas mais complexas, como período de transição orgânica, plano de manejo orgânico e especificidades legislativas. Estas cartilhas estão sendo confeccionadas e compartilhadas para agricultores e técnicos do Polo através de mídias digitais e físicas, além de distribuídas em seminários e visitas. Foram utilizados recursos do TED¹, em parceria com a RRdM, Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata Mineira.

Considerações Finais

Diante do exposto e através dos relatos de experiências das/os estagiárias/os e agricultores, trazendo aprendizados cada vez mais enriquecedores, bem como do interesse demonstrado por estudantes do curso de Agronomia em fazer parte da REMA, atesta-se a importância de projetos de extensão com a abordagem da extensão como ação educativa, que dialoga e respeita as comunidades locais, conhecendo suas realidades, a partir do diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento popular e ancestral das agricultoras e agricultores familiares camponeses. A REMA se propõe como um espaço de ação educativa, com diálogo, autonomia e respeito, entre os estagiários, com as famílias e com as parcerias que foram estabelecidas nesta trajetória. Essa interação possibilita o desenvolvimento de laços afetivos entre os estagiários e as famílias, o que se apresenta talvez como o elemento mais importante da atuação da REMA, apesar de ser um fator inquantificável para um estudo dessa natureza.

As famílias agricultoras, ao longo desses anos, estabeleceram uma dinâmica de confiança com a REMA, criando uma forma de “aprender fazendo”, com diálogo e autonomia dos processos práticos e pedagógicos. O diálogo e os acordos são a base dessa relação que se consolida, de fato, com o tempo e aprendizados mútuos. Segundo o relato de um dos agricultores participantes do projeto, “A participação dos estudantes na propriedade traz uma visão diferente, com inovações da universidade para a agricultura, tanto na produção quanto na comercialização, que além da mão-de-obra ajuda com algumas questões importantes para nós. E também com as amizades, criar essa relação com o pessoal mais novo, que ainda está na universidade.” Amizade, confiança, respeito, horizontalidade de saberes, na experiência da REMA, não são atributos externos, impostos ao trabalho, mas emergem das experiências, dos laços que agricultores/as e estudantes estabelecem, e constituem-se como pilar central de uma prática extensionista educativa, dialogada, entre sujeitos.

O estabelecimento de projetos com metodologias de gestão descentralizadas, que priorizam a autonomia dos estudantes como parte do processo educativo, exigem alguns esforços a mais que ao final acabam sendo compensados, conseguindo trazer uma visão mais diversificada e um senso de coletividade na tomada de decisões. De fato, ações desse gênero conseguem gerar impacto social sem necessitar de um alto aporte de recursos financeiros, o que facilita a possibilidade de incentivo a este tipo de iniciativa por parte de instituições de ensino e outras organizações.

Contribuição de cada autor

Os autores A. X. P. e D. N. N. escreveram o texto final; C. S. S.; J. V. S. B.; L. C. P.; M. M. A. e N. B. R. contribuíram na revisão e na elaboração do artigo; M. A. F. C. M. colaborou na revisão, orientação e coordenação do projeto.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), Rede Raízes da Mata e seus agricultores e agricultoras, Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFV (PEC/UFV), Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia da UFV (ECO), ao deputado federal Padre João, às parcerias do SPG e Polo Agroecológico da Zona da Mata Mineira, à equipe de coordenação do projeto e a todos os estagiários que fizeram e ainda fazem parte da REMA-ZM, por proporcionarem a consolidação do projeto atual.

Notas

1. Termo de execução descentralizada/TED nº. 24, contrato nº 036-2019 UFV-MAPA: “Constituição e desenvolvimento de um sistema participativo de garantia da qualidade orgânica dos produtos da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais”.

Referências

- Ab'Sáber, A. N. (1970). *Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil* (Vol. 20). Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia. 1-26.
- Almeida, J. (2000). A Agronomia entre a teoria e a ação. *Revista de Educação Agrícola Superior*, 18(2), 7-13.
- Altieri, M. A., Nicholls, C.I., & Henao, A. (2015). Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. *Agronomy for Sustainable Development*, 3(5), 869–890.
-

-
- Brandenburg, A. (2002). Movimento agroecológico: Trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 6, 11-28.
- Caporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2000). Agroecologia e sustentabilidade. Perspectivas para uma Nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1(1), 16-37.
- Cardoso, I. M., & Ferrari, E. A. (2006). Construindo o conhecimento agroecológico: Trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. *Revista Agriculturas*, 3(4), 28–32.
- Cruz, N. A. C., Zanelli, F. V., Borges, K. S., da Silva Ladeira, I. F., Barreto, É. M. A., & Cardoso, I. M. (2013). 14114-Rede Raízes da Mata: Relocalizando a agricultura familiar camponesa na Zona da mata Mineira. *Cadernos de Agroecologia*, 8(2).
- Da Silveira, C. A. (2011). A Agronomia, a disciplina de Extensão Rural e a práxis do Diagnóstico Rural Participativo: Imersão ou ad-miração do mundo rural? *Revista Em Extensão*, 10(2), 11-36.
- Delgado, N. G. (2001). Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira: Reflexões metodológicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, 62-73.
- Dias, M. M. (2007). As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. *Revista Oikos (Viçosa)*, 18(2), 11-21.
- Dias, M. M. (2016). *Concepções de desenvolvimento e agricultura nas origens da extensão rural*. Texto elaborado para utilização como material didático da disciplina ERU-451 (Extensão Rural), oferecida pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER-UFV). Viçosa: UFV.
- Diniz, R. F., & Hespanhol, A. N. (2018). Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: A (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). *Extensão Rural*, 25(2), 7-30.
- Freire, P. (1983). *Extensão ou Comunicação?* 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Holt-Giménez, E. (2006). *Campesino a campesino: Voices from Latin America's farmer to farmer movement for sustainable agriculture*. Oakland: Food First Books.
- Marangon, L. C., Soares, J. J., & Feliciano, A. L. P. (2003). Florística arbórea da Mata da Pedreira, município de Viçosa, Minas Gerais. *Revista Árvore*, 27(2), 207-215.
- Mauri, R., Zanelli, F. V., Cardoso, I. M., Amorim, G. D. de, & Carlesso, A. (2017). Intercâmbios agroecológicos: Aprendizados coletivos e assistência técnica compartilhada. A experiência de Divino - Minas Gerais. *Cadernos de Agroecologia*, 12(1), 1-15.
- Perez-Cassarino, J., Ferreira, A. D. D., Mayer, P. H., & Brandenburg, A. (2013). Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: Uma proposta de abordagem para a transição agroecológica. *Cronos*, 14(2), 129-152.
- Resende, E. M. D. S. (2020). A construção social de Redes Agroalimentares Agroecológicas.
- Resende, E. M. de S., Freitas, A. F., Mendonça, M. A. F. C., Almeida, A. P., Cruz, N. A. C., Zico, V. M., & Solva, E. (2020). Relatório final Projeto *TED nº24 UFV/MAPA*: Constituição e desenvolvimento de um Sistema Participativo de Garantia da qualidade orgânica dos produtos da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil. 4-109.
- Rodrigues, C. M. (1997). Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 14(1), 113-
- Sosa, B., Jaime, A. M. R., Lozano, D. R. A., & Rosset, P. (2012). *Revolução agroecológica: O movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba*. São Paulo: Outras Expressões.
- van der Ploeg, J. D. (2009). Sete teses sobre a agricultura camponesa. *Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, 6, 17-32.
-

van der Ploeg, J. D. (2020). The political economy of agroecology. *The Journal of Peasant Studies*, 48(2), 274–297.

Wezel, A., Bellon, S., Doré, T., Francis, C., Vallod, D., & David, C. (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29(4), 503–515.

Witkoski, A. C. (2007). *Terras, florestas e águas de trabalho: Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Editora da Universidade Federal do Amazonas.

Zanelli, F. V., da Silva, L. H., Miranda, E. L., Cardoso, I. M., & de Mello Silva, B. (2016). Intercâmbios Agroecológicos: Encontros entre a Educação do Campo e a Agroecologia na Zona da Mata mineira. *Cadernos de Agroecologia*, 11(1).

Como citar este artigo:

Nunes, D. N., Pinheiro, A. X., Silva, C. S. da, Brotto, J. de V. S., Passos, L. C., Abrão, M. M., Rodrigues, N. B., & Mendonça, M. A. F. C. (2022). Experiência de consolidação da Rede de Mutirões Agroecológicos em Viçosa-MG. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 13(3), 303-315. <https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/RBEU/article/view/12445/pdf>
